

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Ao vigésimo sexto dia do mês de Agosto de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, com acesso pelo link <https://conferencia.pr.gov.br/CERMA>, e conforme Resolução 075/2020. Sendo assim, deu-se início a Reunião Descentralizada do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação os seguintes **Conselheiros Governamentais:** Ana Felícia Bodstein (SEJUF) - Titular; – Suplente; Lucelio Helder (SEED) ; Edson Camargo (SEJUF/DAS) – Suplente; Rosane Freitas (SESA) **Conselheiros da Sociedade Civil:** Andressa Gongora Barboza (ARAS) – Titular, Marcia Terezinha Ponce (CÁRITAS Regional PR) – Titular; Marcos Calixto Stier (CAEBE) – Titular; Renato de Souza Paulo (CAEBE) – Suplente; Rima Awada Zahra (CRP) – Titular; Alisson Vinicius Silva Ferreira (CRP) – Suplente; Juliana Mara da Silva (CRESS) – Titular; Elizete Sant’Anna (Pastoral Migrante) – Titular. **Demais Participantes da Reunião:** Anadir Miranda - Pinhais; Malvina (2ª Regional - SESA); Adelaide - Pastoral-Colombo; Daniele Meira - Piraquara Dalbianco - Piraquara; Adriana Matias - Pastoral Colombo; Guilherme - Campo Largo; Adelaide - Pastoral Colombo; Marinei Vidolin - Colombo; Ediane de Paula - Arquidiocese de Londrina; Gessica Medeiros - Mandato Carol Dartota; Jocilene - Pinhais; Rosângela Batista Duarte - Pinhais; Gisele Cassano - Pinhais; Lucas Scucat - Piraquara; Gizele Filius - Pinhais; Thais Diniz - ALEP, Luis Evelio Acevedo (UNILA); Jaqueline Tontini; Juliana Tubini ACNUR; André Martini; Claudia Anjos – OIM; Willzort Amaral; Claudia Estorilio; Gabriela Gonçalves Nogarolli – MPPR; Gabriela Teixeira – CRP, Graziella Molina – SEJUF/DEDIF, Isabella Traub, Izabel Araujo Neckel – PUPC/PR; Jane Vasques – **Secretária Executiva:** Luana Lubke – SEJUF/DAS; Roselene Sonda – MPPR; **1. Abertura:** Após a visualização de quórum, a presidente, Marcia Ponce, deu início a Reunião Descentralizada de Agosto do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná, saudando a todos e todas presentes e agradecendo suas participações. **2. Aprovação das Pautas:** Consequente, a presidente indagou se todos e todas receberam a pauta da respectiva reunião, solicitando a manifestação caso haja algum ajuste ou alteração a ser feita. Nenhuma inclusão de pauta foi solicitada, os temas sobre o Afeganistão e atendimento da Polícia Federal serão tratados nos informes. A pauta foi aprovada por unanimidade. Anteriormente à apresentação dos municípios, o conselheiro Lucélio realizou uma fala sobre a situação do vice-presidente, Jefferson, que infelizmente passa por problemas de saúde, porém, nos últimos dias apresentou melhoras. A presidente Marcia sugeriu que o conselho emita uma nota de solidariedade à família do Jefferson - a sugestão foi acatada e será realizada pela comissão de comunicação. **3. Aprovação da Ata de Julho de 2021:** Nenhuma consideração foi realizada e a ata foi aprovada, sem alterações. **4. Apresentação dos Municípios:** A presidente Marcia expôs que as reuniões descentralizadas - antes da pandemia - eram realizadas por diversas partes do Estado do Paraná para abrir um diálogo com o poder público local, com as representações da sociedade civil que atuam com o tema migratório no território, bem como os próprios migrantes locais. Na reunião de Agosto/2021 o convite foi estendido para a Região



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Metropolitana de Curitiba (RMC), contando com os municípios de: Colombo, Campo Largo, Pinhais e Piraquara. A Marinei do Departamento de Cultura representou o governamental do município de Colombo. A Adelaide da Paróquia Santa Terezinha de Lisieux representou a sociedade civil de Colombo. A Adriana Matias representou o município de Colombo. A gestora da área da assistência social Rosangêla representou o município de Pinhais. A gestora da área da saúde Adriana Carvalho representou o município de Pinhais. A diretora do Departamento de Assistência Judiciária e Cidadania, Gisele, representou o município de Pinhais. Além disso, representando o município de Pinhais, Nadir, da Secretaria Municipal de Educação. A Daniele representou a Secretaria de Educação de Piraquara. Referente ao município de Campo Largo infelizmente não houve representação. Em seguida, a presidente Marcia explicou brevemente para as (os) convidadas (os) sobre o trabalho realizado pelo CERMA no Estado do Paraná, o objetivo das reuniões descentralizadas e abriu as apresentações para as (os) convidadas (os). Inicialmente, Adriana agradeceu o convite e relatou sobre os trabalhos realizados pela Paróquia Santa Terezinha Lisieux que já acolheu diversas famílias e que neste momento pandêmico vem enfrentamento um difícil cenário, não somente com o público migrante, mas também como o público geral que é atendimento pela Pastoral Social da Paróquia Santa Terezinha. Portanto, foi realizado um fluxo de serviços que os migrantes podem acessar, entre eles, o caminho geralmente indicado são os CRAS, pois estão na mesma condição de brasileiros no direito de acessar esse serviço do poder público. Além disso, reforçou a importância da ampliação do debate da Rede com o Poder Público para maiores atendimentos das demandas existentes. Referente ao município de Pinhais, a gestora Rosangela ressaltou que um dos maiores desafios é o registro de entrada e saída de migrantes no município, tendo atualmente cerca de 1047 migrantes, sendo a maior parte de haitianos. Outra situação trazida foi a da barreira linguística, pois para realizar o atendimento muitas vezes os colaboradores enfrentam dificuldades. Recentemente, o município de Pinhais realizou duas ações destinadas ao público migrante, em referência a língua, houve um projeto no Centro da Juventude através do Instituto Federal do Município de Pinhais, além disso, foram realizadas oficinas de trança e cultura negra. A gestora solicitou que haja mais convites para participar das reuniões realizadas pelo Conselho para ampliação dos debates e ações que favorecem essa parcela da população. Gisele ressaltou que após 2016 e desmantelamento das políticas que seguiram, o trabalho continuou, mas não da mesma forma articulada que era realizado anteriormente. O convite para participar da reunião do CERMA veio em um momento oportuno, em que o município está começando a rediscutir algumas ações em prol dos migrantes e refugiados. A gestora da área de saúde de Pinhais, Adriana Carvalho, salientou que devido a pandemia algumas pautas foram postas de lado, como foi o caso do atendimento especializado aos migrantes e refugiados, pois muitas vezes diversos fatores - como a língua - acabam dificultando a compreensão dos casos. Ademais, ressaltou que o momento é de retomada e reconstrução dos trabalhos integrados entre todos os órgãos responsáveis possíveis, por fim colocou-se à disposição para pautar essa



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

retomada propriamente. No âmbito da educação, Nadir, a maior parte dos migrantes e refugiados são haitianos e venezuelanos, há também estudantes da EJA, processos de tradução e validação de documentação escolar e universitária, e ressaltou também que neste momento surgiu o debate referente à temática dentro da Secretaria, portanto o convite em um ótimo momento, pois está sendo realizado o processo de mapeamento. A sec. Jane explicitou que não há representações de Campo Largo porque está acontecendo a Conferência Municipal de Assistência Social e se possível participariam da reunião. Daniele, representante da Secretaria de Educação de Piraquara expôs que dentro de sua área, a secretaria ainda está no âmbito dos debates sobre a temática dos migrantes e refugiados. Outrossim, questões de linguagem também são um empecilho no atendimento e aprendizagem deste público, visto que muitas vezes a comunicação é crassa. Adelaide da Paróquia Santa Terezinha de Lisieux em Colombo reforçou a fala realizada por Adriana, enfatizando que na área paroquial são muitos migrantes venezuelanos, onde são acolhidos e auxiliados em questões alimentícias, de moradia, roupas e etc. Izabel, coordenadora pedagógica da AMIN, que atua na ocupação Vila Nossa Fé no Guarituba, onde são realizados trabalhos com as crianças e com as mais de 120 famílias cadastradas e que estão abertos a cooperar na evolução e debate das pautas da temática. Guilherme, representando a Rede de Proteção e Acompanhamento, indicou que a presença no município é majoritariamente de venezuelanos, que habitam em sua maior parte no Bairro Rivabem - que possui uma forte atuação dos CRAS. Além dos CRAS, outros serviços articulados pela Rede foram oferta de serviços de educação, especialmente aulas de português. Consequente, a presidente Marcia abriu para o debate e colocações com os demais membros presentes. A conselheira Elizete mencionou que recentemente conseguiu alguns dados - oscilantes - pela Polícia Federal, que até julho deste ano em Pinhais haviam 1004 migrantes, já em Colombo haviam 576 migrantes, em Campo Largo haviam 322 migrantes, em Piraquara haviam 192 migrantes, em São José dos Pinhais haviam 1063 migrantes, em Araucária haviam 266 migrantes, em Almirante Tamandaré haviam 203 migrantes e Fazenda Rio Grande haviam 145 migrantes. Portanto, a conselheira Elizete enfatiza a importância de levantar esses dados de forma mais precisa para aprimorar as ações a serem realizadas ao público migrante e refugiado na Região Metropolitana de Curitiba. Outra questão levantada foi o monitoramento do constante deslocamento dos migrantes entre as cidades da RMC, seja por condições melhores de moradia ou trabalho. A presidente Marcia salientou a importância dos diálogos realizados nas apresentações dos municípios e sugeriu que as secretarias sigam até o fim da reunião para acompanhar os relatos das comissões e o plano estadual. Para mais, a presidente indagou se há por parte dos municípios alguma iniciativa de sensibilização da sociedade local em relação aos migrantes e refugiados, trazendo informações sobre xenofobia e ações realizadas em prol dessa população. Outra ponderação trazida pela presidente foi especialmente ao orçamento do município, se a população tem tido acesso a assistência social e eventuais benefícios dos municípios, mesmo se não documentados devido ao fechamento das fronteiras. Por fim, a presidente



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

também expôs que gostaria de saber se há dados sobre os migrantes ou refugiados com COVID. A Izabel expressou que os dados trazidos pela conselheira Elizete são realmente oscilantes, pois por exemplo, somente a ela chegaram 120 famílias em Piraquara, portanto, reforçou a fala da conselheira na extrema importância de compreender os números reais de migrantes nas cidades paranaenses para que as políticas públicas possam ser mais eficientes e eficazes. Gabriela perguntou como os municípios estão lidando com a exigência de CPF e Comprovante de Residência para a vacinação, pois no contexto de pandemia há dificuldades para emitir o CPF e as questões de moradias de migrantes e refugiados são voláteis. A presidente Marcia ressaltou que o conselho não quer levantar privilégios para os migrantes, são direitos que constam da Lei de Migração e Constituição Brasileira de 1988 que estando dentro de território nacional todos e todas têm direito de acessar todos os serviços como qualquer cidadão brasileiro. A conselheira Juliana indagou se há nos municípios o conhecimento de alguma área de ocupação e se os serviços chegam até elas. Na pauta específica da saúde, a Adriana respondeu que ainda existem questões que precisam ser definidas e pensar as ações específicas, pois por exemplo, quando é aberto o processo de agendamento da vacina não cria-se um filtro se a população migrante enfrenta alguma dificuldade. Um dos problemas identificados foi na Central de Correios, onde uma grande parcela desses profissionais são haitianos e que haviam perdido a 1º dose da vacina, priorizando assim o acesso. Já em relação ao CPF, o sistema exige para realizar a vacinação, podendo deixar outras informações no registro manual para procurar uma forma de dar baixa posteriormente. A presidente Marcia solicitou que os municípios que obtiverem dados sobre os questionamentos trazidos, repassem posteriormente ao conselho por *e-mail*. A Adriana também reforçou sobre a importância de um levantamento de dados sobre quem são as famílias atendidas, na paróquia é realizado um questionário com nome completo, endereço, CPF, quantas pessoas da casa, quantas crianças e etc. Essas informações são de suma importância para conhecer os territórios, as famílias, quando migram e outras informações que ajudam nos trabalhos e dão embasamento quando levadas ao poder público. A presidente Marcia agradeceu a fala de Adriana e reforçou sua pergunta sobre a sensibilização dos municípios referente às questões dos migrantes e refugiados. Em Colombo, o mapeamento está em sua fase inicial, onde foi pensado na elaboração de um *Google forms* que irá para as escolas, que irão definir quantos migrantes cada uma possui, quantas pessoas existem nessas famílias, faixas etárias, quanto tempo estão no Brasil, quanto tempo estão em Colombo, endereço e outras informações. Inicialmente, esse formulário será aplicado em todos os equipamentos da prefeitura e mais tarde será aberto para o público em geral. Por fim, a presidente agradeceu a representação de todos os municípios que estiveram presentes nesta reunião e compartilharam as experiências e desafios enfrentados nas questões referentes aos migrantes e refugiados no estado do Paraná, reforçando que enviem os dados solicitados anteriormente via *e-mail*.

5. Composição da Comissão Eleitoral: A presidente Marcia abriu a palavra para as (os) conselheiras (os) que desejam constituir a Comissão Eleitoral do CERMA e enfatizou



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

sobre a necessidade de constituir a comissão na presente data, tendo em vista que essa pauta já vem de reuniões anteriores. Gabriela sugere que seja feito um momento de tira dúvidas com a explanação da conselheira Ana Felícia sobre formação e funções da comissão eleitoral. Marcia fala para então Ana Felícia atualizar sobre o assunto e após a explicação abrir a palavra aos conselheiros/as para questionamentos e dúvidas. A conselheira Ana Felícia cumprimenta a todos/as agradecendo a presença dos representantes municipais na reunião e prossegue com o assunto da comissão eleitoral, informando que será necessária a constituição dessa, para poder iniciar o processo eleitoral para o próximo mandato dos conselheiros não governamentais. Ana argumenta que essa comissão deve ser formada por 3 membros governamentais e 2 não governamentais, salientando que os 2 não governamentais não poderão ser membros do conselho no próximo mandato. A comissão tem por finalidade deliberar sobre questões que podem sobrevir a relação ao processo eleitoral mas primeiramente em relação às nomeações. Ana explica que as instituições enviarão as documentações conforme edital, o qual será elaborado pela própria comissão no qual são estipulados os prazos para apresentação da documentação que é previsto em lei, e posteriormente ao prazo do edital, todos os documentos recebidos serão analisados por essa comissão, se estão válidos e de acordo com a lei, analisar se as instituições estão aptas ou não. Então após a primeira análise a comissão delibera indicando quais as instituições foram habilitadas e quais não foram, indicando o porque, e abrindo novo prazo para essas não habilitadas regularizarem as suas requisições. Passado esse prazo a comissão reuni-se novamente para analisar as novas documentações que foram enviadas ou não, e aí então demanda outra deliberação indicando quais foram as instituições habilitadas para o processo eleitoral, onde caberá recurso. Após esse procedimento será agendada uma Assembleia Geral na qual as instituições participarão e elegerão as instituições que vão compor o conselho no próximo mandato. Jane observou que essa comissão terá reuniões pontuais sendo 3 ou 4 e mais a Assembleia Geral. A Gabriela indicou que na última eleição foi elaborado um decreto de lei três meses antes da resolução que inaugurou o processo eleitoral e o edital de eleição para as organizações, pois não houve um chamamento estadual e nem nacional, e ressaltou a importância dos prazos. Ana Felícia esclarece que há uma previsão no regimento interno de que as eleições ocorram junto com a conferência estadual, contudo a conferência estadual depende da conferência nacional quando for chamada, inclusive em reunião anterior este conselho deliberou pela realização da eleição independente da conferência. A conselheira Ana Felícia enfatiza que o processo eleitoral está iniciando-se com bastante prazo e parabeniza o conselho, e observa que caso haja alguma adversidade será possível cumprir o prazo. Gabriela expressa que a preocupação é com os prazos pois na eleição anterior também não houve as conferências, e indaga se quem for participar da comissão, vai ajudar a elaborar o decreto, resolução e edital, pois sua intenção é mapear todos os passos a serem seguidos. Ana Felícia informa que a assessoria técnica elabora a minuta de acordo com os outros conselhos, com as eleições passadas e passa para a comissão para análise, ajustes, observações, contribuições ou



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

subtrações de algumas questões. A conselheira Juliana indagou se quem irá compor a Comissão Eleitoral não poderá concorrer a uma cadeira na próxima eleição. A conselheira Ana Felícia confirma que esse é o procedimento e explica que a instituição que vai analisar a documentação de quem está se candidatando, não pode analisar seu próprio documento, além disso existe a vedação de que a instituição represente dois mandatos seguidos, não sabendo confirmar se é esse o número. Ana Felícia informou que ocorreu uma situação em outro conselho em que o conselheiro que entrou na comissão e depois pediu para se retirar porque a instituição da qual fazia parte, acabou solicitando participação no conselho. Juliana agradeceu o esclarecimento. A presidente Marcia apresentou o questionamento feito no chat pela conselheira Elizete se os integrantes representantes da sociedade civil tem que ser realmente só os conselheiros e conselheiras titulares ou suplente ou se pode ser convidados ou membros observadores e Ana Felícia informa que a composição da comissão é necessariamente de conselheiros e conselheiras do CERMA, sendo possível o acompanhamento de observadores. Outra observação feita pela presidente Marcia foi sobre a fala da conselheira Ana Felícia referente a instituição que esta a 2 mandatos no conselho não poder concorrer a outra eleição, se essa informação procede. Ana Felícia verificou o regimento interno do CERMA que é omissivo sobre essa informação, então foi solicitado a desconsideração da mesma. Ana Felícia informa que o regimento foi encaminhado a todos os conselheiros. A presidente Marcia questionou se a comissão tem que ser formada na presente reunião, e Ana Felícia informou que sim, então Marcia solicitou que as (os) conselheiras (os) – governamentais e sociedade civil - que possuem interesse em compor a comissão se manifestem. A conselheira Elizete perguntou se após a indicação a comissão eleitoral automaticamente a entidade não poderá compor o pleito, mesmo com titular e suplente diferentes da gestão anterior. A conselheira Ana Felícia se manifestou para compor a comissão eleitoral e solicitou que o professor Edson também faça parte. A Rosane da Secretaria de Saúde também fará parte da comissão - após autorização da respectiva chefia. A presidente Marcia sugeriu que tanto governamental quanto sociedade civil combinem por *e-mail* e se reúnam extraordinariamente para validar os demais nomes indicados a compor a comissão eleitoral. Ana Felícia realiza a leitura do regimento interno e explica sobre a definição da comissão eleitoral e a não participação da sociedade civil nessa composição, a qual estabelece que inexistindo dois representantes da sociedade civil que estejam ligados a entidades que estejam concorrendo ao pleito, essa representação se dará por meio de representantes do Ministério Público Federal ou Estadual e Defensoria Pública Federal ou Estadual, desta forma há possibilidade do conselho deliberar pela representação pelos órgãos citados. Após a fala da conselheira Ana Felícia, a sociedade civil concordou em não compor a comissão eleitoral. A Gabriela indicou que na última eleição a sociedade civil já não compôs a comissão eleitoral, tendo como representantes o Ministério Público e a Defensoria Pública com a participação da Universidade enquanto observadores. Assim sendo, sugeriu que o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública Federal como representantes, tendo a Universidade e o



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Ministério Público Estadual como observadores, convidando as secretarias para participar. Ana Felicia enfatizou que ainda precisa da indicação de dois representantes governamentais. Elizete questionou se ela, enquanto membro da Pastoral compor a comissão eleitoral, impedirá que a Pastoral concorra ao pleito ainda que outras pessoas representem a entidade. A conselheira Ana Felicia informou que dessa maneira não é possível, pois se a Elizete participar da comissão a Pastoral não estará habilitada a concorrer. A conselheira Juliana fez uma observação da complicação em se candidatar uma vez que não sabe se o CRESS tem intenção de se candidatar, pois não conversou com o pessoal ainda. Marcia aproveita para perguntar se a conselheira Andressa da Cáritas de Maringá sobre a intenção de continuidade na participação no CERMA visto que agora Maringá constituiu o conselho municipal e talvez ela pudesse participar na comissão eleitoral como representante da sociedade civil. Jane informa que Andressa não esta presente na reunião. Ana Felicia informou da necessidade dessa comissão ser formada o quanto antes e sugere que seja deliberado que o Ministério Público Federal ou Estadual e a Defensoria Federal ou Estadual, componham a comissão para que não postergue mais uma vez essa composição hoje, mas que já sejam retirados os nomes dos representantes governamentais. A presidente Marcia concorda com a sugestão de encaminhamento e já solicita os possíveis nomes para representação governamental. Rosane pergunta se o fato dela ser suplente não impede sua participação na comissão e Marcia informa que não. Ana Felícia confirma que ela pode participar sim mesmo na condição de suplente e aproveita para convidar o Lucélio Helder, suplente da SEED para compor a comissão eleitoral. Lucélio informa que esta provisório na SEED e precisa verificar com departamento de educação sobre essa possibilidade. Ana Felicia informa que enquanto suplente, Lucélio pode representar a secretaria. A presidente Marcia prossegue informando que se no caso de indicação do professor Edison pode ser consultado, sendo encaminhado a princípio como indicativo de participação dele. Marcia declara que a questão da participação governamental não tem o mesmo impacto que para a sociedade civil, uma vez que a representação das secretarias é regida por lei não dependendo de participação ou não na comissão eleitoral. Ana Felícia sugere que delibere-se para que os representantes governamentais sejam confirmados na próxima reunião. Elizete informa que a Rosane levantou a proposta de participação mas antes precisa confirmar com a chefia dela, sugere então que indique-se os nomes da Rosane, do professor Edison e do Lucélio Hélder e após um diálogo entre os governamentais, sejam apresentados ao conselho os nomes dos indicados. Ana Felicia declara que não entendeu o impeditivo da participação dos suplentes na comissão, independente da autorização dos titulares, já que o suplente supre a ausência do conselheiro titular. A conselheira Elizete informa que a autorização trata-se de assumir mais uma responsabilidade e por isso a necessidade da autorização da chefia. A presidente Marcia disse que o entendimento é que a Rosane precisa dessa autorização porque isso impacta na função que ela tem dentro da secretaria. O conselheiro Lucélio mostrou-se disposto a participar mas informou que também precisa confirmar com sua chefia, devido as



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

demandas de trabalho e sua continuidade na SEED. Ana Felícia declarou que se todas as secretarias precisam das declarações de suas chefias assim como a conselheira Juliana salientou que precisa conversar com a diretoria da sua instituição para verificar se há interesse da candidatura novamente ou não, seja o caso de deixar a composição da comissão impreterivelmente para a próxima reunião, ou ainda sugere que seja feita uma reunião extraordinária na próxima semana para estabelecer a comissão. Marcia declarou estar preocupada com a formação da comissão e dos prazos que se tem para que não se comprometa o processo, enfatizando a necessidade de um movimento interno para representação governamental. Marcia propõe que seja feito um movimento de consulta por e-mail até o início da próxima semana, realizando os contatos com a sociedade civil e já sai com uma agenda de uma extraordinária para a próxima semana para validar os nomes indicados. Lucélio informar que seja feito um e-mail com a solicitação para a chefia, para que já fique estabelecido sua participação. Ana Felícia informou que os participantes governamentais podem se candidatar ou podem ser convocados, e que há possibilidade de se encaminhar um ofício indicando que a secretaria está convocada a representar na comissão, no entanto entende que não seria de bom tom fazer-se necessário o uso desse procedimento. Roselene questiona sobre a representação do MP na ausência de representante da sociedade civil, indicando que o Ministério Público Estadual deve ficar de fora do processo de eleição para caso haja algum problema as pessoas não poderão recorrer ao MPPR. Ana Felícia esclarece que trata-se do Ministério Público Federal ou Estadual e sugere que delibere-se pela participação do Ministério Público e Defensoria Federais evitando desta maneira o conflito de competências. Gabriela sugere que o MP estadual e a Universidade participem como observadores da comissão, e que seja feito um convite para as secretarias participarem desse processo sem que seja necessário um ofício de convocação. Ana Felícia esclarece que para fazer dessa forma é preciso seguir um processo interno não podendo ser apenas enviado um convite por e-mail, o que toma bastante tempo, salienta ainda a sugestão feita pela conselheira Elizete de marcar uma reunião extraordinária para dia 02 de setembro as 14 horas. A presidente Marcia informa que infelizmente neste dias as 14 horas já tem um compromisso, informando que só consegue neste dia no período da manhã. A sugestão da presidente Marcia para sociedade civil e governamental se reunir extraordinariamente foi acatada e a reunião será realizada no dia 02 de Setembro às 09:00.

6. Relatos das Comissões e Grupos de Trabalho: A presidente Marcia solicitou o início dos relatos.

6.1 Comunicação e Eventos: O conselheiro Renato relatou que a comissão reuniu-se e debateu questões que necessitam de decisões conjuntas, como a criação de um *e-mail* para o conselho, senhas do *Instagram*, *Facebook* e as postagens programadas seriam apresentadas ao pleno para aprovação. A presidente Marcia respondeu que essas questões mais técnicas dizem respeito à Secretaria Executiva e portanto, a Sec. Jane e a conselheira Ana Felícia deverão dar um retorno referente ao tema.

6.2 Comissão de Denúncias e Garantias de Direitos: Neste mês não houve reunião e portanto, não há relato da comissão.

6.3 Comissão de Gestão da Informação: A comissão não possuiu

quórum para se reunir na sexta-feira passada e continua realizando levantamento das escolas e das universidades, que após finalizado será encaminhado para o CERMA e todos (as) conselheiros (as). **6.4 Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:** A comissão também não se reuniu, mas está atuando a partir do GT de implementação do Plano Estadual. Gabriela informa que estão com certa urgência para fechamento do Plano garantindo que esteja dentro do plano orçamentário das secretarias e que a partir do retorno das mesmas, foi possível verificar que ainda esta meio abstrato a questão dos indicadores, apresentando dificuldades para preenchimento e diante disse foi pensada uma oficina junto da OIM a ser no dia 01 de setembro, com convite direcionado aos técnicos das secretarias, responsáveis pelo preenchimento do plano para auxiliar nas dúvidas. Gabriela aproveitou para verificar com Ana Felícia como estão os contatos com as secretarias, se estão confirmando se vai ser possível realizar a oficina. Jane informou que Ana Felícia precisou se ausentar e que a secretaria executiva tem acompanhado esse processo, no qual foi enviado o convite para todas as secretarias e até o momento somente SESA e SESP confirmaram participação, mas que até segunda deve haver mais confirmações. Gabriele solicitou que seja feito contato com as demais secretarias por se tratar de urgência do Plano. Jane reforça que a residente Graziella fará contato com as demais secretarias que estão faltando. Marcia prossegue para o próximo ponto de pauta **7. Relato do Núcleos Regionais da Interiorização (NURINS):** A Juliana iniciou o relato contextualizando que a demanda deu-se pela solicitação de informações sobre as estratégias de interiorização. Portanto, em conversas internas com a OIM, o André surgiu a sugestão de convidar a Coordenadora do Subcomitê Federal de Interiorização, Niusarete, pois a estratégia de interiorização é efetivamente uma estratégia do Governo Federal e pode ser complementada com os detalhes das modalidades de interiorização que as organizações apoiam especificamente, dando um panorama mais abrangente. A Claudia reforçou a fala da Juliana, salientando que a coordenadora poderá dar mais informações sobre acesso a recursos e ações do Governo Federal em apoio a interiorização. A presidente Marcia reforçou a necessidade da representante do Governo Federal e sugeriu ampliar esse convite para todos municípios do Paraná que tenham recebido pessoas encaminhadas pelo Programa de Interiorização. As propostas supracitadas foram aprovadas. **8. Informes:** A pauta solicitada pelo Pastor Calixto foi apresentada pelo conselheiro Renato, esta que se refere a algumas organizações - nacionais e internacionais - estão se mobilizando para atender os afegãos, porém, o Brasil ainda não está recebendo essas pessoas. As organizações já estão preparando voluntários para receber essas pessoas, criando casas de passagem, apoio jurídico e etc. Portanto, o conselheiro colocou a pauta no pleno para colher sugestões de ações que poderão ser tomadas para agilizar os vistos humanitários e demais auxílio necessários, pois a cada dia a situação no Afeganistão está piorando. A presidente Marcia fortificou a pauta trazida e sugeriu que se faça alguma manifestação em conjunto com as agências da ONU e o Governo Federal solicitando com urgência respostas e ações dos responsáveis. O encaminhamento foi acatado pelo conselho e será elaborada uma carta



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

manifesto com o máximo de participações possíveis. A conselheira Elizete relatou que na semana passada foi à Polícia Federal para realizar um diálogo e não obtiveram nenhum atendimento dos responsáveis, não conseguindo dar apoio aos migrantes que buscam ajuda referente às suas documentações. Sendo assim, a conselheira solicita que a pauta seja tratada na próxima reunião quando houver quórum suficiente para realizar os debates e encaminhamentos necessários. A Isabella sugeriu que seria interessante chamar a Dra. Indira, que é a Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão do MPF.

9. Encerramento: Por fim, a presidente Marcia agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a Reunião Descentralizada de Agosto do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná. Esta ata foi redigida pelo estagiário de letras Davi Rosa e revisada pela secretaria executiva Jane Vasques.